



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 4.614, DE 2024** **(Do Sr. José Guimarães)**

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, e a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, estabelece disposições para políticas públicas, e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL;
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;
DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA;
DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;
PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E
FAMÍLIA;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD). EM
RAZÃO DA DISTRIBUIÇÃO A MAIS DE QUATRO COMISSÕES DE
MÉRITO, DETERMINO A CRIAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA
ANALISAR A MATÉRIA, CONFORME O INCISO II DO ART. 34 DO RICD.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

(*) Atualizado em 03/12/2024 para inclusão de coautores.

PROJETO DE LEI
(Do Senhor JOSÉ GUIMARÃES)

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, e a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, estabelece disposições para políticas públicas, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Art. 1º É requisito obrigatório para concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social documento com cadastro biométrico realizado pelo Poder Público, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

Art. 2º Para os programas ou os benefícios federais de transferência de renda que utilizem o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, deverá ser observado o prazo máximo de vinte e quatro meses de atualização cadastral, para fins de concessão ou manutenção do pagamento às famílias, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º Ressalvado o disposto no art. 21-B da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, os órgãos responsáveis pela gestão dos programas ou dos benefícios de que trata o *caput* deverão notificar as famílias atendidas, com antecedência mínima de noventa dias antes da aplicação do disposto no § 4º.

§ 2º O estoque de cadastros desatualizados há dezoito meses ou mais de famílias integrantes dos programas ou dos benefícios de que trata o *caput* será objeto de cronograma de atualização específico implementado a partir de 2025, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

§ 3º Para fins de concessão ou manutenção dos benefícios de que trata o *caput* a famílias compostas por uma só pessoa ou a indivíduos que residem sem parentes, a inscrição ou a atualização do CadÚnico deverá ser feita no domicílio de residência da pessoa, conforme prazos e exceções estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

§ 4º O não cumprimento do disposto neste artigo implicará a suspensão do benefício, desde que comprovada a ciência da notificação.

§ 5º O disposto neste artigo não afasta processos em curso de revisão cadastral em função do disposto na legislação vigente.

Art. 3º Ficam as concessionárias de serviços públicos obrigadas a fornecer informações de bases de dados de que sejam detentoras, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal, com a finalidade de aperfeiçoar o processo de verificação de requisitos para a concessão, a manutenção e a ampliação de benefícios da seguridade social, observada a legislação de proteção de dados.



Art. 4º Entre 2025 e 2030, o aumento real de que trata o art. 3º, § 4º, da Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023, não será inferior ao índice mínimo nem superior ao índice efetivamente apurado nos termos do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.

CAPÍTULO II DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Art. 5º A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 66-B O custeio de que trata o art. 60 fica sujeito à disponibilidade orçamentária e financeira.” (NR)

Art. 6º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º-F

§ 6º O CadÚnico coletará informações que caracterizem a condição socioeconômica e territorial das famílias, as quais serão objeto de checagem em outras bases de dados, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.” (NR)

“Art. 20.

§ 1º Para os efeitos do disposto no *caput*, a família é composta:

I - pelo requerente;

II - pelo cônjuge ou pelo companheiro; e

III - desde que vivam sob o mesmo teto:

a) pelos pais e, na ausência de um deles, pela madrasta ou pelo padrasto;

b) pelos irmãos;

c) pelos filhos e pelos enteados; e

d) pelos menores tutelados.

§ 1º-A O requisito de coabitação para consideração do vínculo familiar referido no § 1º, inciso III, poderá ser afastado na hipótese de os indicados nas alíneas “a”, “b” ou “c” contribuírem para a subsistência do requerente sem diminuir a própria renda familiar mensal a valor inferior a um salário-mínimo *per capita*.

§ 2º Para fins de concessão administrativa ou judicial do benefício de que trata o *caput*, a pessoa com deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho, sendo sempre obrigatório o registro, nos sistemas informacionais utilizados para a concessão do benefício de prestação continuada, do código da Classificação Internacional de Doenças (CID).

§ 3º-A O cálculo da renda familiar considerará a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pelos membros da família, sendo vedadas deduções não previstas em lei.

§ 3º-B Considera-se possuir meios de prover a sua própria manutenção a pessoa que esteja na posse ou tenha a propriedade de bens



ou direitos, inclusive de terra nua, que supere o limite de isenção referente ao seu patrimônio, para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

.....” (NR)

“Art. 21-B. Os beneficiários do benefício de prestação continuada, quando não estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) ou quando estiverem com o cadastro desatualizado há mais de vinte e quatro meses, deverão regularizar a situação nos seguintes prazos, contados a partir da efetiva notificação bancária ou por outros canais de atendimento:

.....” (NR)

“Art. 35.

§ 1º

§ 2º Os órgãos federais disponibilizarão as informações constantes das bases de dados de que sejam detentores, necessárias à verificação dos requisitos para concessão, manutenção e revisão do benefício de prestação continuada previsto no art. 20, nos termos do disposto em ato do Poder Executivo federal.” (NR)

“Art. 40-B.

§ 3º Para fins de concessão do benefício de prestação continuada, a avaliação do grau de deficiência e impedimento referido no *caput* deve considerar que a pessoa com deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho, sendo sempre obrigatório o registro, nos sistemas informacionais utilizados para a concessão do BPC, do código da Classificação Internacional de Doenças (CID).” (NR)

Art. 7º A Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º De 2003 até 2024, inclusive, o aporte anual de recursos orçamentários destinados ao FCDF será de R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões novecentos milhões de reais), corrigido anualmente pela variação da receita corrente líquida – RCL da União.

.....” (NR)

“Art. 2º-A A partir de 2025, o aporte anual de recursos orçamentários destinados ao FCDF será equivalente à dotação do exercício anterior, constante do respectivo projeto de lei orçamentária anual, corrigida pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo, considerados os valores apurados no período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária anual.” (NR)

Art. 8º A Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º

.....



§4º Ato do Poder Executivo Federal poderá alterar:

I - o valor limite de desligamento do Programa, observado o valor constante no §1º como máximo; e

II- o prazo a que se refere o §2º, não podendo ser superior ao prazo previsto no referido parágrafo”. (NR)

Art. 12-A. Os Municípios e o Distrito Federal, na atuação descentralizada da execução e da gestão do Programa Bolsa Família, deverão observar índice máximo de famílias compostas por uma só pessoa, inscritas no Programa, nos termos do disposto em ato do Poder Executivo federal.” (NR)

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Ficam revogados:

I - o § 14 do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e

II - o parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei tem a finalidade de racionalizar despesas públicas primárias, com vistas a aperfeiçoar o orçamento público e ajustar o ritmo de crescimento do gasto obrigatório ao disposto na LC 200/2023 (arcabouço fiscal), que limita o crescimento real da despesa a 70% da variação da receita, sempre entre 0,6% e 2,5%.

Entre as medidas, vale salientar:

1. Obrigatoriedade de cadastro biométrico para manutenção, renovação e concessão de benefícios da seguridade social;
2. Atualização cadastral em, no máximo, 24 meses para benefícios que usam o CadÚnico;
3. Até 2030, aumento real do salário mínimo limitado aos índices anuais efetivos de crescimento real da despesa primária fixados na LC 200;
4. Previsão de que a despesa do Proagro observe a disponibilidade orçamentária;
5. Ajuste na definição do conceito de família para fins da renda de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada - BPC;
6. Vedação de dedução de rendas não previstas em lei para fins da renda de elegibilidade ao BPC;
7. Previsão de que, para fins de concessão administrativa ou judicial do BPC, a pessoa com deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho, sendo sempre obrigatório o registro, nos sistemas informacionais utilizados para a concessão do benefício de prestação continuada, do código da Classificação Internacional de Doenças (CID);
8. Previsão, para efeito da concessão do BPC, de que a pessoa possui meios de prover a sua própria manutenção caso esteja na posse ou



- tenha a propriedade de bens ou direitos, inclusive de terra nua, que supere o limite de isenção referente ao seu patrimônio, para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física;
9. Revogação da não contabilização de renda de benefícios da seguridade por membro da família para efeito de elegibilidade ao BPC;
 10. Observância, pelos Municípios e o Distrito Federal, na atuação descentralizada da execução e da gestão do Programa Bolsa Família, de índice máximo de famílias compostas por uma só pessoa, inscritas no Programa, nos termos do disposto em ato do Poder Executivo federal;
 11. Crescimento anual da despesa federal alocada no FCDF limitado aos IPCA; e
 12. Possibilidade de modificação dos parâmetros relativos à permanência no Programa Bolsa Família.

Tais medidas objetivam aperfeiçoar o funcionamento de programas e o pagamento de benefícios, destinando-os a quem realmente precisa, e ajustar o ritmo de crescimento de algumas despesas, de modo a compatibilizar, especialmente, a garantia de direitos e a sustentabilidade fiscal.

O PL é fundamental para dissipar incertezas que afetam os preços dos ativos da economia brasileira, garantindo resiliência ao regramento fiscal, ao mesmo tempo em que assegura maior espaço fiscal a despesas discricionárias com fortes efeitos multiplicadores, como os investimentos públicos.

Logo, a proposição traz consequências positivas para a estabilização da economia, apoiando a continuidade do processo de crescimento com estabilidade de preços e geração de emprego e renda.

Frente ao exposto, pede-se apoio aos pares para sua aprovação.

Sala das sessões, em novembro de 2024.

Deputado JOSÉ GUIMARÃES
Líder do Governo na Câmara dos Deputados



- José Guimarães - PT/CE
- Márcio Jerry - PCdoB/MA
- Hugo Motta - REPUBLIC/PB
- Maria Arraes - SOLIDARI/PE
- Afonso Motta - PDT/RS
- Alencar Santana - PT/SP
- Rubens Pereira Júnior - PT/MA
- Renildo Calheiros - PCdoB/PE
- Doutor Luizinho - PP/RJ
- Bacelar - PV/BA
- Reginaldo Lopes - PT/MG
- Romero Rodrigues - PODE/PB
- Damião Feliciano - UNIÃO/PB
- Mauro Benevides Filho - PDT/CE
- André Figueiredo - PDT/CE
- José Nelto - UNIÃO/GO
- Ana Paula Lima - PT/SC
- Odair Cunha - PT/MG
- Emanuel Pinheiro Neto - MDB/MT
- Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL
- Luciano Amaral - PV/AL
- Gervásio Maia - PSB/PB



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-817117-janeiro-1991-365106-norma-pl.html
LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8742-7dezembro-1993-363163-norma-pl.html
LEI Nº 10.633, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-1063327-dezembro-2002-493096-norma-pl.html
LEI Nº 14.601, DE 19 DE JUNHO DE 2023	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-1460119-junho-2023-794341-norma-pl.html
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-107411-outubro-2003-497511-norma-pl.html

FIM DO DOCUMENTO